

ENTREVISTA

Luís Moita (Universidade Autónoma de Lisboa /Instituto Universitário Militar)

Revista InterAção — Gostaríamos de iniciar com uma perspectiva biográfica, ao gosto do público brasileiro: o investigador Luis Moita, definido pelo próprio, para em seguida focar alguns dos temas investigados ao longo de sua carreira. Como começou o seu envolvimento com a área de Relações Internacionais e quais pontos salientaria como de maior relevância, ao longo destes anos de investigação científica?

Luís Moita — Quando olho retrospectivamente para o meu percurso intelectual, surpreendo-me a mim mesmo como que “perseguido” pela ideia de “relação”. Com efeito, até 1971 eu fui sacerdote católico e, nessa qualidade, estudei cinco anos em Roma, dois deles na Universidade Gregoriana dos Jesuítas e mais três numa Academia dirigida pelos Redentoristas na Universidade Lateranense. Foi nesta última que completei o meu doutoramento em Moral, com uma tese de pendor filosófico e teológico, toda ela centrada no conceito de relação. Estudei em diversos registos o tema da intersubjectividade enquanto questão basilar da ética, concluindo que a exigência moral coincide com a seriedade da relação. Nessa altura, ainda nos anos 1960, mal eu imaginava que iria dedicar-me, décadas mais tarde, às relações internacionais. Depois de anos de intensa actividade de oposição à ditadura vigente em Portugal e à política colonial que sustentava uma guerra em três territórios africanos, oposição essa que me custou a prisão política, passei, após o restabelecimento da democracia em 1974, a dirigir

uma organização não-governamental de apoio aos movimentos de libertação e de cooperação com os novos países africanos saídos do antigo império português. Daí a minha ligação a África e a minha proximidade aos processos de desenvolvimento. Foi certamente essa experiência que me habilitou a aceitar, em 1988, o convite da Universidade Autónoma de Lisboa para leccionar, na Licenciatura em Sociologia, a Cadeira de Sociologia do Desenvolvimento. E, pouco depois, uma nova Cadeira: Sociologia das Relações Internacionais. Esta opção haveria de determinar o meu itinerário posterior, pois o domínio das relações internacionais passou para o primeiro plano das minhas preferências intelectuais, dedicando-me ao seu aprofundamento, estudando e ensinando o seu multiforme quadro teórico, passando mesmo a dirigir o Departamento de Relações Internacionais que, pouco a pouco, se foi institucionalizando com a “arquitectura” completa de uma licenciatura, um mestrado, um doutoramento e uma unidade de investigação. Uma coisa, porém, se pode sublinhar: o facto de eu ter chegado às relações internacionais a partir da sociologia condicionou em alto grau o meu tipo de abordagem às questões da política mundial, pela particular atenção aos processos sociais internacionalizados e uma especial sensibilidade às dinâmicas transnacionais que, justamente, atravessam as nossas sociedades. Por isso o tema da globalização foi objecto de especial desenvolvimento nas suas variadas dimensões. Tal não significa que deixasse na sombra os jogos do poder e os equilíbrios ou

desequilíbrios entre as potências. Basta ver que um dos temas que mais motivou a minha aturada investigação foi a releitura da visão corrente acerca da natureza e do papel dos Tratados de Vestefália de 1648 no sistema internacional. Contrariando o ponto de vista dominante, permiti-me concluir que Vestefália de modo algum significava a origem do Estado moderno, Estado supostamente dotado de soberania territorial, como não significava a emergência do sistema internacional dito “vestefaliano”, tendo antes como resultado a pulverização política da Europa central. Nesta busca de compreensão do passado, na medida em que ele ilumina o presente, interessou-me sobremaneira a possível articulação, na história, entre as realidades sócio-económicas e as formas de organização política que se foram estabelecendo. Arrisquei mesmo uma hipótese acerca da evolução do quadro europeu nos últimos séculos: o tempo das Cidades-Estado teria coincido com o do capitalismo mercantil; o tempo do capitalismo industrial teria assistido ao florescimento do Estado-Nação; o tempo que é já o nosso, o da sociedade informacional, coincide com a crise do Estado-Nação, submetido a dinâmicas que o ultrapassam, como a financeirização da economia e a globalização, ao mesmo tempo que numerosos outros actores intervêm poderosamente na vida internacional, desde as cidades até às corporações multinacionais.

RI — Entre vários de seus artigos de excelência, destacamos os intitulados “Os conflitos dos últimos 25 anos (I) e (II)” publicado pela Janusonline (2005). Neles o senhor afirma que as “guerras de conquista” que se verificaram não tiveram resultados positivos, no sentido de que nenhum Estado agressor, nenhum país que teve a iniciativa de desencadear operações militares com intuítos de conquista, alcançaram os seus objetivos. Houve mudança nesse padrão de 2005 para 2021? Há algo que mudou das ideias do artigo para cá?

LM — No âmbito deste meu envolvimento pela área científica das relações internacionais, uma pergunta quase me inquietava em permanência: porquê a guerra? Como explicar a frequência histórica dos conflitos sangrentos entre os grupos humanos? Por que motivos a guerra pode mesmo ser glorificada, exaltada, como dignificadora dos combatentes e como construtora de nações? Ao contrário da generalidade das espécies animais, no género humano há lugar para a letal violência intraespecífica e chega a ser planeada industrialmente a morte de milhões de semelhantes. Tal interrogação histórica (que tinha um interessantíssimo antecedente na troca de correspondência, em 1933, entre Einstein e Freud, justamente sobre “Porquê a guerra?”) levou-me ao estudo dos conflitos armados e da cultura da paz. Na minha Universidade criei mesmo um Mestrado com o título sugestivo de Estudos da Paz e da Guerra, convicto de que se deveriam cruzar duas linhas de trabalho universitário, a saber os estudos estratégicos e os peace studies. Ambas estas linhas não apenas se deveriam aproximar como, sobretudo, ser repensadas. Este Mestrado acabou por ter grande receptividade nos meios militares portugueses, de tal modo que a nossa equipa passou a leccionar regularmente nos próprios institutos superiores militares. Por sua vez, este interesse levou-me a acompanhar com atenção as características da violência armada dos nossos dias, tanto a de alta como a de baixa intensidade, ou seja tanto as guerras convencionais entre Estados, como as formas de violência praticada, por exemplo, pelas guerrilhas dos movimentos de libertação, ou as formas aberrantes de terrorismo. A observação atenta destes processos permitiu-me concluir que os conflitos de presente raramente se saldavam em vitórias ou derrotas. Nas guerras do passado, claramente, havia vencedores e vencidos. Mais recentemente, pelo contrário, os conflitos tinham tendência a prolongar-se arrastadamente sem desfecho militar. Um caso paradigmático foi o da guerra Irão-Iraque nos anos 1980: um conflito brutal, um milhão de mortos pelo caminho, tudo acabando sem ganhos de nenhum dos lados. Por

sua vez, as guerrilhas emancipatórias, que tinham obtido resultados políticos cruciais, em Cuba, na Argélia, no Vietnã, nas colónias portuguesas, deixaram de ter êxito, após o último episódio vitorioso que foi o da revolução sandinista na Nicarágua. Entretanto, as tradicionais guerras de conquista territorial desapareceram dos noticiários, seja porque a expansão geográfica deixou de interessar ao poderio das potências, seja pela inapelável condenação do Direito internacional. Além de que, talvez pela primeira vez na história, ocorreu um verdadeiro sismo no sistema internacional, o desmoronar do império soviético, sem guerra de envergadura. Tradicionalmente, desde a guerra do Peloponeso ou as guerras púnicas até às guerras napoleónicas, por exemplo, as grandes mutações no sistema internacional resultavam de conflitos de pesada dimensão. A primeira unificação da Alemanha, em 1871, veio na sequência da guerra franco-prussiana, a segunda unificação, em 1989, realizou-se sem guerra, não obstante a transição que ela significava para o mapa político europeu. Mais ainda, o que surpreende na análise dos recentes conflitos violentos é a incapacidade da própria hiperpotência mundial, os Estados Unidos da América, imporem a sua vontade política por força das armas. Os EUA foram os grandes vencedores da segunda guerra mundial e isso permitiu-lhes moldar o mundo do após-guerra, refazendo as potências vencidas, a Alemanha e o Japão, às quais impôs a equação de capitalismo mais democracia, vinculando-as ao campo das suas alianças. Nada de comparável aconteceu desde então. O que se passou no Vietnã, no Afeganistão e no Iraque parece demonstrar que o supremo poderio militar não basta para vergar povos e sociedades à hegemonia dominadora. Daqui não se poderá concluir que a capacidade militar perdeu eficácia: basta ver como a anexação russa da Crimeia se fez pela força, contrariando o Direito. Mas provavelmente poder-se-á concluir que está em curso a tendência no sentido da rarefacção ou mesmo da inutilidade das guerras, de tal modo é grande a perigosidade dos armamentos

disponíveis e de tal modo é intensa a interdependência das sociedades.

RI — Dentro desta perspectiva que envolve segurança e conflitos internacionais, sabe-se que a África, tema de algumas de suas investigações, tem sido uma das regiões do globo com maior presença de litígios, bem como com um forte vínculo histórico com Portugal. Como avalia os estudos e pesquisas portuguesas que tratam acerca do conceito de segurança humana no continente Africano?

LM — O continente africano ocupa um lugar de primeiro plano nos meus interesses e nas minhas preocupações, quanto mais não seja pela razão de ter acompanhado tão de perto as independências das colónias portuguesas e as lutas dos povos da Eritreia, da África do Sul e do Sara Ocidental. Esse interesse, digamos, político e humano foi depois complementado pela dimensão universitária. Leccionei acerca disso no Mestrado e Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – agora também designado IUL – Instituto Universitário de Lisboa – e cheguei a ser presidente do Conselho Científico do seu Centro de Estudos Africanos, que foi seguramente o mais importante núcleo de produção científica em Portugal sobre África. Actualmente esse mesmo Centro de Estudos Africanos foi absorvido pelo Centro de Estudos Internacionais, ficando porventura diluído e descaracterizado. Noutros polos universitários também se desenvolveram conhecimentos no mesmo domínio, com relevo para o CESA – Centro de Estudos sobre África – do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão – da Universidade de Lisboa e para o CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – o primeiro privilegiando as questões do desenvolvimento económico, o segundo as questões culturais. Por sua vez, a problemática da segurança, na óptica da resolução de conflitos, tem sido essencialmente trabalhada pelo núcleo de relações internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. No que

respeita à minha Universidade, a Autónoma de Lisboa, os estudos africanos são objecto de interesse, quanto mais não seja porque vários colegas têm raízes africanas, como o Director do Departamento de Relações Internacionais, Luís Tomé, nascido em Angola, ou o docente de questões estratégicas e de segurança, o General Luís Valença Pinto, nascido em Moçambique, muito envolvido na cooperação técnico-militar de Portugal com os países africanos, na sua anterior qualidade de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. A conflitualidade no continente é muitas vezes empolada e sobretudo mal interpretada, mas nem por isso deixa de ser um problema que suscita preocupações e obriga à busca de soluções. Nesse sentido, a unidade de investigação da UAL, designada OBSERVARE, integra uma linha de pesquisa sobre segurança africana, uma área de trabalho dirigida pelo meu colega Ricardo Sousa, dedicando particular atenção aos subsistemas regionais de segurança em África, sempre com o horizonte das dimensões da segurança humana, no seu sentido integral e multifacetado.

RI — Por fim, gostaríamos de uma visão geral do intelectual, investigador da Teoria das Relações Internacionais sobre a sua área de atuação. Tomando a contemporaneidade, como avalia o atual cenário mundial: bipolar conflituoso? Multipolar benigno? Com polaridades indefinidas e/ou em transformação?

LM — O comentário político da actualidade internacional teria muito por onde escolher, tantas e tão interessantes têm sido as crises, as efervescências, as transições. Não apenas no que diz respeito às mudanças na hierarquia das potências, como também nos movimentos sociais, no despertar dos povos, nas dinâmicas colectivas, nos fenómenos que se desenrolam sem fronteiras. Permitam-me um testemunho pessoal. Desde os anos 1980 estou ligado a uma iniciativa originária

da Itália, um tribunal de opinião, o Tribunal Permanente dos Povos, a cujo júri pertenço. Ao longo de 40 anos o Tribunal foi apreciando situações onde estava em causa o direito dos povos e proferindo “sentenças” (só de valor moral e político, sem vinculação jurídica) à luz do Direito Internacional. Essa experiência trouxe-me a convicção de que os povos, e não apenas os Estados, são sujeitos de direitos, de tal modo que, ao analisar a política mundial, não basta olhar para os governos, precisamos de atender às sociedades. E as nossas sociedades são manifestamente “sociedades de risco”, para citar o notável sociólogo alemão, Ulrich Beck, recentemente falecido. O que as caracteriza, na actualidade, é que estão ameaçadas por consequências das condutas humanas e não tanto por quaisquer riscos naturais. Basta ver o que se passa em domínios tão sensíveis como o da emergência climática ou o dos arsenais nucleares para concluirmos que são decisões humanas que provocam situações de extrema perigosidade. O sistema internacional, por sua vez, subsiste com áreas de profunda desregulação como se vê na crise migratória (onde o Mar Mediterrâneo e o Rio Grande funcionam, simbólica e materialmente, como duas fronteiras críticas), bem como nas assimetrias mundiais e na “geografia da fome” (para citar o título do célebre livro do brasileiro Josué de Castro). As grandes organizações multilaterais, que poderiam ter um papel de relevo na solução destes problemas, têm sido fragilizadas pelos poderes políticos nacionais, pelo que seria imperioso reforçá-las. Nestes dias em que escrevo, estou empenhado na organização pela minha Universidade de um congresso internacional subordinado a um tema sugestivo: “O multilateralismo, condição de governação global”. Com efeito, a gestão da globalidade exige instituições sólidas, mais democráticas e

participativas, com capacidade para intervir na realidade. Em contrapartida, a crise do multilateralismo verifica-se em organizações tão importantes como a União Europeia ou o Mercosul, ambas a contas com divisões, divergências e mesmo roturas. Aqui na Europa é motivo de preocupação a tendência para a autocracia ou o nacionalismo exacerbado, como na Hungria e na Polónia, assim como a progressiva penetração da influência da Rússia e da Turquia no Mediterrâneo Oriental. Uma das crises mais profundas a que se assiste é a da própria OTAN, uma organização que, recentemente, o presidente francês Macron considerou estar em morte cerebral. Inicialmente vocacionada para a segurança no Atlântico Norte, foi alargando o seu raio de acção para “fora da área”, intervindo nas periferias da Europa, ao mesmo tempo que alguns preconizavam o seu alargamento ao Atlântico Sul (projecto verdadeiramente impensável, que encontraria oposição certa do países do hemisfério sul) e agora, imagine-se, a OTAN encara intervir no novo campo de acção designado Indo-Pacífico. Ao pensá-lo, mais não faz do que manifestar seguidismo em relação à nova política norte-americana, quando os Estados Unidos estão em vias de abandonar o chamado Grande Médio Oriente (concepção megalómana de George W. Bush, no seu sonho de espalhar a “democracia” desde a Afeganistão a Marrocos!) e deslocar forças, justamente para essa nova entidade geopolítica a que chamam Indo-Pacífico. Nesse mesmo sentido, acabam de constituir uma estranha aliança anglo-saxónica – AUKUS – envolvendo o Reino Unido e a Austrália. O objectivo é assumido: contenção da China. O processo é altamente sintomático e representa mais um episódio do que se poderia designar “produção de inimigo”. Para os meios ocidentais a União Soviética foi durante décadas o inimigo

óbvio. Mas quando ela colapsou, logo no início dos anos '90, muito antes do eclodir do djihadismo terrorista, o islamismo passou a ser apontado como o inimigo seguinte. Agora que essa ameaça parece controlada ou diluída, a China surge naturalmente como o novo inimigo. Está em curso uma espécie de nova bipolaridade EUA-China e as bipolaridades são más conselheiras. Limitar as contradições internacionais a dois polos é sempre redutor. Certas bipolaridades mostraram-se enganadoras, como foi o caso da guerra-fria que parecia circunscrita à oposição Leste-Oeste, OTAN contra Pacto de Varsóvia, deixando na sombra as poderosas correntes não-alinhadas e, mais ainda, a contradição entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido. Promover agora alianças militares contra a China induz a convicção de que um conflito futuro é inevitável e essa perspectiva é assustadoramente irresponsável. Enfim, estão em curso transições geopolíticas de grande dimensão e são precisas respostas de natureza cosmopolita, baseadas na ética e no Direito internacional, respeitadoras dos direitos dos povos, susceptíveis de tornar o nosso mundo um pouco mais humano.

Entrevistadores: José Renato Ferraz da Silveira, Marcos Pascotto Palermo e Filipe Vasconcelos Romão.

Sobre o entrevistado — Nascido em 11 de Agosto de 1939. Doutorado em Ética pela Universidade Lateranense (Itália), em 1967, com a classificação “summa cum laude” (10/10) – grau académico reconhecido pela Universidade Católica Portuguesa. Atualmente é Professor Catedrático de “Teorias das Relações Internacionais”, Director do Departamento de Relações Internacionais e membro do Conselho Científico da Universidade Autónoma de Lisboa. Entre 1992 e 2009 foi Vice-reitor desta Universidade. Dirige a unidade de investigação OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores) que edita uma colecção de livros e duas publicações periódicas: o anuário JANUS (publicado desde 1997) e a revista científica semestral JANUS.NET, e-journal of International Relations (publicada desde o Outono de 2010). Durante 15 anos, entre 1974 e 1989, dirigiu o CIDAC, organização não-governamental portuguesa de cooperação para o desenvolvimento. Entre 1989 e 1997 leccionou a Cadeira de “Filosofia e Deontologia do Serviço Social” no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Leccionou a Cadeira de “Globalização e Relações Internacionais de África” no Mestrado e Doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE-IUL. Foi Professor Associado Convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (até Outubro de 1998). Desde 1998, é conferencista regular do Curso de Defesa Nacional promovido pelo Instituto de Defesa Nacional. Nos anos lectivos de 2004 a 2007 leccionou no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e desde 2006 até 2011 no Curso de Estado-maior Conjunto do Instituto de Estudos Superiores Militares. Atualmente, coordena os Mestrados em “Estudos da Paz e da Guerra” e em “Relações Internacionais” e lecciona no “Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia” na Universidade Autónoma de Lisboa. No Instituto Universitário Militar coordena a Pós-Graduação em Dinâmicas Sociais e Organizacionais integrada no Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea portuguesa. Em 10 de Junho de 1998 foi condecorado pelo Presidente da República portuguesa com a Grande Cruz da Ordem da Liberdade e em 7 de Janeiro de 2005 foi condecorado pelo Presidente da República italiana como Grande Oficial da Ordine della Stella della Solidarietà Italiana.